

A pragmática dos *dogwhistles*: algumas questões¹

Pedro Santos

psantos@ualg.pt

F.C.H.S., Universidade do Algarve

Centro de Filosofia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
(Portugal)

ABSTRACT

Dogwhistles are communicative mechanisms for expressing subliminal meanings. In this paper, I take up the distinction, usual in the literature on the topic, between two types of dogwhistle: overt and covert, whereby in the latter, as opposed to the former, the preservation of the subliminal character of the message seems to be a necessary condition for the dogwhistle's communicative success. I discuss various aspects of this distinction, arguing that both types of dogwhistle can be analysed as conversational implicatures bearing in mind, in particular, the canonical properties of cancelability and calculability.

KEYWORDS

dogwhistle; conversational implicature; cancelability; calculability

RESUMO

Os *dogwhistles* são mecanismos comunicativos de expressão de significados subliminares. Neste artigo, assumo a distinção, usual na literatura sobre o tema, entre dois tipos de *dogwhistle*: os explícitos e os implícitos, sendo que nestes últimos, ao contrário dos primeiros, a preservação do carácter subliminar da mensagem parece ser uma condição necessária de sucesso comunicativo do *dogwhistle*. Explorando vários aspectos desta distinção, argumento que, no entanto, os *dogwhistles* de ambos os tipos se deixam analisar como implicaturas conversacionais, em particular tendo em conta as propriedades canónicas da cancelabilidade e da calculabilidade.

PALAVRAS-CHAVE

dogwhistle; implicatura conversacional; cancelabilidade; calculabilidade

¹ Agradeço à Prof. Fátima Oliveira tudo o que me ensinou, e associo-me com prazer a esta homenagem.

0. Introdução

Alguns da investigação recente em pragmática tem incidido sobre aspetos do uso da língua natural associados a fenómenos político-ideológicos: propaganda, discurso de ódio, a distinção mentir vs. enganar, mentiras descaradas (“bald-faced lies”), “bullshit” (título de um fundamental pequeno estudo de H. Frankfurt, de que não arrisco tradução)². Em todos estes casos estão em causa mecanismos comunicativos que dependem, em grande medida, de fatores contextuais, veiculando significados de acordo com as intenções comunicativas dos locutores e apelando assim, por parte da audiência, para competências interpretativas que vão para além da estrita competência semântica. Trata-se, por isso mesmo, de um território em que instrumentos de análise pragmática poderão, previsivelmente, produzir resultados interessantes. O fenómeno dos *dogwhistles*³ pertence a esta categoria.

Uma característica comum a todos os fenómenos mencionados, e argumentavelmente um seu traço distintivo, é a de estarem associados a algum grau de desfasamento entre o conteúdo que o locutor pretende transmitir e aquilo que (pelo menos) parte da audiência apreende. Assim, por exemplo, a distinção “mentir/enganar” assenta na possibilidade de, num dado enunciado ilocutoriamente classificável como assertivo, o conteúdo literal ser verídico e o conteúdo transmitido por implicatura conversacional ser falso, podendo o locutor, se instado a retratar-se, argumentar, com base na cancelabilidade das implicaturas conversacionais, que não pretendeu transmitir o segundo, mas apenas o primeiro⁴. No que diz respeito aos *dogwhistles*, porém, poder-se-ia argumentar que a sua análise conviveria mal com o recurso a instrumentos analíticos como a noção de *implicatura conversacional*: tal como se verifica em outros mecanismos pragmáticos centrais, numa implicatura conversacional típica o conteúdo implicado e o processo inferencial que conecta o conteúdo explícito de um enunciado com o conteúdo implicado (em terminologia griceana, o “cálculo”

2 Veja-se Frankfurt (2005).

3 O termo, que não tem ainda uma tradução consagrada em português, convoca em parte aquilo que é costume designar por “efeito de surdina”. Não arrisco subscrever esta tradução, mas é uma sugestão a considerar. Devo-a a um estudante, Ângelo Gouveia.

4 Ver, entre outros, Saul (2012) e Stokke (2016).

da implicatura) é por natureza descodificável por parte da audiência, mesmo que retrospectivamente, por meio daquilo a que, na literatura sobre implicatura conversacional, é frequentemente denominado de processo de “reconstrução racional” da implicatura – algo que poderia ser visto como contradizendo a natureza de um *dogwhistle*. Neste artigo pretendo argumentar, no entanto, que o comportamento dos *dogwhistles* é compatível com uma análise baseada no conceito de implicatura conversacional.

1. *Dogwhistles*

De que se trata, então, quando falamos de *dogwhistles*, e qual a sua relevância para a análise dos mecanismos linguísticos de transmissão e descodificação de significados?

Em muitos contextos de discurso político (talvez com mais visibilidade no mundo anglo-saxónico, e em particular nos Estados Unidos), tem-se observado a utilização de estratégias comunicativas concebidas para transmitir mensagens “codificadas”, assentes em mecanismos de expressão de significados implícitos detetáveis apenas por uma parte da audiência potencial. Estes mecanismos, mesmo quando efetivamente detetados, são muitas vezes difíceis de identificar cabalmente, sendo as mensagens expressas através deles frequentemente difíceis de descodificar e, mesmo quando descodificadas, difíceis de parafrasear. Simultaneamente, porém, eles correspondem a opções comunicativas extraordinariamente eficazes, sobretudo quando direcionadas para uma audiência criteriosamente selecionada, surgindo como elemento de destaque de muitas estratégias de manipulação ideológica – sendo esta, provavelmente, a causa principal da sua crescente presença no discurso político. Em particular, os *dogwhistles* são frequentemente postos ao serviço de estratégias social e politicamente divisionistas, assemelhando-se, em alguns aspetos, ao chamado “discurso de ódio”. Tratando-se de estratégias maioritariamente consideradas inapropriadas porque incompatíveis com princípios de tolerância consensuais (ou, pelo menos, tomados como consensuais, mesmo quando não o são inteiramente), é compreensível que elas sejam concretizadas através de mecanismos comunicativos, de algum modo, *diferidos*.

É possível, de acordo com a literatura sobre o tema⁵, e fazendo jus ao significado original do termo, caracterizar genericamente os *dogwhistles* do seguinte modo:

1) Um *dogwhistle* é um enunciado em que o locutor transmite dois conteúdos proposicionais, um explícito, dirigido a uma audiência geral, e outro *subliminar*, dirigido a uma audiência restrita e selecionada (a audiência-alvo) e intencionado como inacessível à audiência geral.

2) O conteúdo explícito é tipicamente consensual e razoavelmente inócuo, espoletando, em audiências predispostas a receber a mensagem subliminar, interpretações que extravasam dele.

3) O conteúdo subliminar é, pelo contrário, tipicamente preconceituoso e discriminatório (correspondendo, muitas vezes, a uma efetiva mensagem de ódio).

Em função destas características básicas, o locutor necessita de “gerir” dois níveis de significado, garantindo que o significado explícito é “calibrado” de modo a mediar a transmissão do significado subliminar apenas à audiência-alvo. É este último que, em última análise, dá conta do papel comunicativo que o enunciado desempenha em certos tipos de discurso (designadamente, embora não só, no discurso político) e do efeito obtido junto dessa audiência.

A investigação recente sobre o tópico⁶ tem favorecido uma tipologia bipartida dos *dogwhistles*, identificados em duas categorias principais: os explícitos (“overt”) e os implícitos (“covert”). Os primeiros são caracterizados como aqueles gerados por um processo inferencial eminentemente descritível, motivando a hipótese de que se trata de uma implicatura conversacional, com o seu associado processo de “cálculo”, na terminologia de Grice (cf. Grice 1989). Por contraste, os segundos seriam caracterizáveis como mecanismos comunicativos mais opacos, oferecendo resistência a uma análise segundo os cânones da implicatura conversacional. A ainda escassa literatura sobre o tema não oferece uma formulação consensual acerca dos critérios de diferenciação destes dois tipos de *dogwhistle*⁷. Neste artigo, esboçarei a defesa de uma análise uniforme de ambos, defendendo

5 Ver, entre outros, Mendelberg (2001), Lopez (2014), Saul (2018) ou Tirrell (2012).

6 Ver, por exemplo, Saul (2018).

7 Ver, sobre este debate, Camp (2018) e Saul (2018).

que a distinção entre *dogwhistles* explícitos e implícitos é menos radical do que é por vezes sugerido.

Os dois tipos de *dogwhistle* podem, mais especificamente, caracterizar-se do seguinte modo:

- *Dogwhistles* explícitos: a generalidade da audiência não está consciente do conteúdo subliminar da mensagem, mas ele é acessível/recuperável pela audiência-alvo (ocasionalmente, também pela restante audiência, caso esta tenha a capacidade de o detetar) sem que o *dogwhistle* perca eficácia comunicativa;

- *Dogwhistles* implícitos: A generalidade da audiência, incluindo a audiência-alvo, não está consciente do conteúdo subliminar da mensagem, perdendo o *dogwhistle* a sua eficácia a partir do momento em que seja detetado e decodificado.

Alguns exemplos ilustrativos de ambas as variedades serão úteis na compreensão da distinção e na apreciação da sua relevância teórica.

a) *Dogwhistles* explícitos

Um *dogwhistle* recorrentemente descrito na literatura sobre o tema é aquele genericamente designado de *Dred Scott*. Dred Scott era um escravo norte-americano quando, em 1837, o seu amo se mudou para o Wisconsin, um estado em que a escravatura tinha já então sido ilegalizada, tendo por isso reivindicado a sua liberdade. O Supremo Tribunal dos Estados Unidos, porém, recusou-lha em 1857. George W. Bush, no decurso da sua campanha eleitoral de 2004, afirmou o seguinte:

- (1) Oponho-me à decisão do Supremo Tribunal de recusar o pedido de revogação do estatuto de escravo para Dred Scott.

Que significado pode ter a afirmação de que se está contra uma tal decisão, como George W. Bush fez na sua campanha presidencial de 2004? No séc. XXI, Bush certamente não esperaria que uma declaração anti-esclavagista fosse, pelo seu significado literal, informativa para o eleitorado a que se dirigia, mesmo sendo esse eleitorado conservador. A rejeição da escravatura era certamente, nessa altura, consensual para a generalidade da

população norte-americana.

No entanto, há boas razões para pensar que Bush não se estava a dirigir, genuinamente, à generalidade do eleitorado, mas a uma parte (razoavelmente bem delimitada) dele. Determinante para a compreensão de que a afirmação de Bush é afinal um *dogwhistle* é o facto de que se tinha generalizado, no discurso político norte-americano, a utilização do caso Dred Scott como uma forma (metonímica, dir-se-ia) de rejeição da legislação que, desde 1973 (a propósito do caso Roe/Wade), liberalizou, nos Estados Unidos, a prática do aborto. Como se sugere em Saul (2018), o mecanismo subjacente à identificação dos dois episódios pode estar relacionado com a intenção de exprimir a tese de que se trata de duas peças legislativas objetáveis ou, talvez, com a intenção de traçar uma analogia entre o desrespeito pelos direitos dos escravos e o desrespeito pelos direitos dos fetos. Em todo o caso, a relação frequentemente estabelecida entre as duas situações não deixa margem para dúvida: Bush estava de facto a fazer passar a mensagem de que se opunha à legislação liberalizadora do aborto, algo que a sua audiência-alvo conservadora não deixaria de acolher.

É argumentável que, subjacente a este *dogwhistle*, está uma inferência descritível segundo os cânones de uma *implicatura conversacional*: um enunciado aparentemente trivial, pouco informativo e presumivelmente desviante em relação ao tema a tratar (e assim, se literalmente interpretado, correspondente a uma infração quer da máxima da Quantidade, quer da da Relevância), torna-se informativo e relevante se, mediante qualquer uma das conexões sugeridas por Saul (aquela relativa à decisão acerca do caso Roe/Wade ou aquela que estabelece um paralelo entre direitos dos escravos e direitos dos fetos), a audiência-alvo for capaz de descodificar (1) como um modo de sinalizar a adesão ao movimento anti-aborto (“pró-vida”) e a comunhão com o setor do eleitorado que adere a esse movimento. Na terminologia griceana, o locutor está a *explorar* (*exploit*) a máximas mencionadas (fazendo menção de as infringir) para afinal, tirando partido dessa aparente infração, transmitir uma mensagem compatível com elas.

O fenómeno dos *dogwhistles* não é alheio à realidade portuguesa. Considere-se o lema inspirador de uma manifestação política realizada em 2020:

(2) Portugal não é racista.

O que se pretende realmente transmitir com esta afirmação? Uma manifestação, em princípio, é organizada para reivindicar algo ou, por vezes, para exaltar uma ideia. A ideia a exaltar seria, neste caso, a de que em Portugal o racismo tem uma incidência, no máximo, marginal, rejeitando-se assim a tese da existência de discriminação racial generalizada, estrutural, na sociedade portuguesa. Em que medida seria relevante, no contexto referido, enfatizar esta ideia? Mereceria a constatação deste (suposto) facto a convocação de uma manifestação por um partido político? É fácil ceder à tentação de responder negativamente. Mas talvez esta seja uma resposta demasiado apressada. Se não existir racismo estrutural na sociedade portuguesa, os casos comprovados desse tipo de discriminação devem ser desvalorizados. Não menos importante, se isso for verdade, ganha credibilidade a ideia de que *valorizá-los* equivalerá à defesa de uma “agenda escondida”, desviando as atenções dos reais problemas que afetam a sociedade portuguesa – entre os quais, como as justificações oferecidas para a dita manifestação se encarregaram de clarificar, o desprezo pelos direitos dos cidadãos nacionais, por oposição à supostamente desmesurada atenção aos direitos dos imigrantes. Essa “agenda” relacionar-se-ia, assim, com a defesa dos interesses de “minorias”, contra o interesse da “maioria”. Este é, claramente, um tipo de mensagem que atingirá, de modo mais eficaz, as pessoas com maior tendência para relativizar episódios de racismo e para os classificar como casos marginais — por outras palavras, em grande medida (embora não só) as pessoas com efetivas tendências racistas. Essas, ao contrário de (provavelmente) grande parte da população, não considerarão o lema da manifestação, ou a própria manifestação, difíceis de justificar; pelo contrário, identificar-se-ão com esse lema e mobilizar-se-ão em sua “defesa”. Parece ser este o tipo de audiência que seria o alvo privilegiado da mensagem subliminar a ele associada.

O mecanismo comunicativo subjacente a este *dogwhistle* parece também espelhar a estrutura típica de uma implicatura conversacional. De facto, a descrição acima significa, essencialmente isto: enunciar, como mote para uma manifestação política, a frase “Portugal não é racista” apenas ganhará legitimidade comunicativa (ou, mais especificamente,

apenas será compatível com as máximas da Relevância e da Quantidade) se a ele corresponder uma ideia política a defender e um programa de ação em sua defesa: negar que Portugal seja um país racista implícita que quem afirmar o contrário estará a propagar uma mentira, ao serviço de propósitos inconfessáveis, contra os quais, então, fará sentido organizar uma manifestação. Como em *Dred Scott*, a mensagem subliminar reconcilia o enunciado com a máxima da Relevância, que parecia, num primeiro momento, estar a ser infringida. A descodificação dessa mensagem por parte da audiência-alvo (genericamente, pessoas que se sentiriam inclinadas a participar na dita manifestação) não será, tipicamente, acompanhada por um idêntico processo de descodificação por parte de uma audiência mais abrangente – i.e. uma audiência simpática à ideia de que o racismo, em Portugal, não é um fenómeno despiendo.

b) *Dogwhistles* implícitos

Um exemplo paradigmático de *dogwhistle* implícito é *Willie Horton*, inicialmente discutido em Mendelberg (2001) e retomado em Saul (2018). Na campanha presidencial americana de 1988, George Bush (pai) enfrentava Michael Dukakis. Como peça fulcral das suas intervenções de campanha, Bush apostou em propostas securitárias, vincando a necessidade de leis penais mais estritas. Um dos assuntos em discussão era o regime de saídas precárias de reclusos, que Bush defendia necessitar de ser mais restritivo. Um dos seus anúncios de campanha descrevia o caso de Willie Horton, um recluso que tinha usufruído de uma saída precária, no decurso da qual assaltou um casal, violando a mulher e assassinando o homem. Crucialmente, o anúncio de campanha em que Bush descrevia este caso mostrava também Horton, que era negro. É razoavelmente evidente que a mensagem transmitida extravasa da discussão sobre o código penal e que, em grande medida, se trata de um *dogwhistle* de contornos raciais, neste caso auxiliado por informação visual: a associação da prática de crimes violentos, merecedores de medidas penais estritas, com a comunidade afro-americana. Simultaneamente, explora-se um sentimento de ressentimento racial na audiência-alvo, exprimindo-se a adesão a esse sentimento e o compromisso político de o traduzir em medidas concretas

(presumivelmente, em ações policiais “preventivas” privilegiadamente dirigidas contra a dita comunidade afro-americana). No entanto, de acordo com a caracterização genérica dos *dogwhistles* implícitos, não é crível que o locutor ou a audiência-alvo estivessem preparados para reconhecer como correta esta explicitação do conteúdo subliminar do *dogwhistle*.

A versão portuguesa de um outro *dogwhistle* racista frequentemente citado na literatura concretiza-se, em algum discurso político de caráter populista, em afirmações como

- (3) É necessário diminuir a criminalidade nas periferias das grandes cidades⁸.

Neste caso, é evidente o apelo ao conhecimento geral de que, por comparação com a generalidade da população, a população dos bairros periféricos de muitas grandes cidades portuguesas é composta, em percentagens elevadas, por membros de minorias étnicas; descrever esses bairros como apresentando uma alta taxa de criminalidade não pode deixar de ser uma forma de associar os membros dessas comunidades, e, portanto, a sua composição étnica, à tendência para práticas criminosas. Mas, de novo, não seria de esperar que quaisquer medidas de combate ao crime propostas fossem alguma vez explicitamente descritas de acordo com essa associação, i.e., que fossem explicitamente dirigidas aos habitantes desses bairros *enquanto membros de minorias étnicas*. Parece tratar-se, portanto, de um *dogwhistle* da variedade implícita.

Eis outro exemplo. É uma peça de retórica usual em muitos políticos a crítica aos setores da sociedade que, alegadamente, “vivem de subsídios”. Em 2017, em entrevista ao Jornal *i*, André Ventura, então candidato à Câmara Municipal de Loures, afirmou

- (4) [Há grupos que,] em termos de composição de rendimento, vivem quase exclusivamente de subsídios do Estado.⁹

⁸ Em inglês, sobretudo no contexto norte-americano, um *dogwhistle* frequente refere-se ao “inner city crime”, o que reflete uma diferente caracterização da malha urbana relevante e do potencial para associações com comunidades etnicamente determinadas (já não a periferia, mas zonas do centro das grandes metrópoles).

⁹ Jornal *i*, 17/07/2017.

Esclarecimentos subsequentes do entrevistado tornam claro que (4) se refere, sobretudo, à comunidade cigana, com especial incidência na comunidade cigana de Loures. A referência não é meramente descritiva: induz-se, junto de uma audiência-alvo preconceituosa, a ideia de que a “dependência de subsídios” é um comportamento prevalecente nessa comunidade, resultado de logro e de aproveitamento indevido de benefícios sociais e assim, em última análise, consequência da desonestidade e do comportamento antissocial típicos dos seus membros. No entanto, apesar de a identificação entre a referência a “viver de subsídios” e a etnia cigana ser razoavelmente óbvia, e confirmada pelo entrevistado, o conteúdo do *dogwhistle* terá de permanecer subliminar para que a sua eficácia seja garantida. Por outras palavras, essa identificação sistemática dificilmente seria reconhecida explicitamente pelo locutor ou pela audiência-alvo como oriunda de qualquer tipo de preconceito racista. O entrevistado, nessa e em outras ocasiões, fez questão de acrescentar que não o move qualquer atitude desse género contra a comunidade cigana em particular, e que faria o mesmo tipo de crítica a qualquer grupo de cidadãos que manifestasse o mesmo tipo de “dependência”. Nada de racismo – apenas preocupações de equidade no tratamento de todos os cidadãos e a tentativa de garantir o uso racional dos recursos financeiros do Estado. Indícios claros, portanto, de que se trata de um *dogwhistle* implícito.

Um dos motivos pelos quais *Willie Horton, Crime na Periferia* ou *Viver de Subsídios* são casos paradigmáticos (sendo o primeiro quase omnipresente na literatura sobre o tema) é que eles ilustram de forma particularmente clara o comportamento típico dos *dogwhistles* implícitos. O racismo, em particular, favorece a geração deste tipo de *dogwhistles*. Como se assinala em Mendelberg (2001), nas sociedades ocidentais, e em particular na sociedade norte-americana, vigora uma norma social, segundo a qual atitudes (linguísticas ou não) expressamente discriminatórias contra etnias específicas (os negros, os americanos nativos, no caso dos Estados Unidos ou de países da América Latina, ou, em Portugal, os negros, os ciganos, etc.) são, desde a vulgarização da ideia de igualdade racial, consideradas inaceitáveis. Segundo esta Norma de Igualdade Racial, o cidadão médio não se descreve a si próprio como racista e rejeitaria fortemente, além disso, ser descrito desse modo por outrem. Paralelamente, porém,

Mendelberg assinala que, em muitas comunidades brancas dos EUA, é detetável também a presença de um sentimento de “ressentimento racial” de grande parte dos membros dessas comunidades, em particular contra os negros. Esse sentimento expressa-se na crença de que não existe, de facto, discriminação racial significativa, generalizada, contra a comunidade negra, e que as atitudes de hostilidade em relação a ela, a existirem, se justificam por (alegadas) características específicas dessa comunidade, como a preguiça, o comportamento antissocial, a tendência para o crime, etc.¹⁰ A combinação destas duas crenças evidentemente contraditórias (a de que o racismo é inaceitável, ou pelo menos impróprio, por um lado, e a de que os negros, enquanto tal, têm uma especial predisposição para o comportamento antissocial, por outro) cria condições ótimas para a utilização de *dogwhistles* de tipo racial, em particular do tipo implícito, tipicamente no discurso político, com o objetivo de obter ganhos eleitorais. A segunda destas crenças explica aliás, em grande medida, a recetividade que esses *dogwhistles* manifestamente têm, em alguns contextos. De facto, a expectativa quanto aos ganhos políticos/eleitorais advindos deste tipo de estratégia comunicativa é, em geral, justificada. Com as devidas adaptações, esta descrição aplica-se de modo evidente também a casos como (2) e (3).

Subjacente a esta fenomenologia parece estar uma característica básica dos *dogwhistles* implícitos: à superfície, e tendo em conta o significado literal do enunciado ou conjunto de enunciados que constituem o *dogwhistle*, nada do que é *dito* (na aceção griceana do termo, i.e., nada do que é afirmado literalmente, por oposição a *implicitado*) poderá ser relacionado com etnia, e muito menos com discriminação por motivos étnicos. Assim, se os falantes envolvidos tiverem um baixo nível de consciência meta-pragmática acerca dos mecanismos comunicativos subjacentes ao *dogwhistle*, este não implicará a adesão consciente à mensagem subliminar. Por outras palavras, ele poderá ser o veículo de uma mensagem discriminatória sem incorrer no perigo de exposição que um *dogwhistle explicitamente* racista teria. Cumprirá assim a sua dupla função de, por um lado, explorar o ressentimento racial acima descrito, transmitindo uma mensagem de apoio, de comunhão e de compromisso político com esse ressentimento e, por outro, de preservar,

10 Cf. por exemplo Tesler & Sears (2010: 18).

junto da audiência-alvo, a opacidade do mecanismo subjacente a essa estratégia comunicativa garantindo, assim, a sua eficácia. Esta é a razão por que os *dogwhistles* de caráter discriminatório (por exemplo, os racistas) são, preferencialmente, do tipo implícito: estando a sua eficácia comunicativa dependente da preservação do seu caráter subliminar, a sua implicitude permitirá, em contextos nos quais a audiência esteja mais motivada para o acolher do que para o examinar, que a contradição da mensagem veiculada com a Norma de Igualdade Racial fique por detetar.

Este comportamento dos *dogwhistles* implícitos é atestado pelas sequelas do caso Willie Horton. Dados recolhidos e analisados por Mendelberg e retomados em Saul (2018) mostram que as intenções de voto no adversário de Bush, Dukakis, diminuíram radicalmente com as primeiras transmissões do anúncio de campanha (especialmente no que diz respeito a comunidades em que o ressentimento racial descrito era mais notório); e que depois, com a publicitação de críticas e a desconstrução do anúncio por parte de vários analistas, ocorreu uma visível diminuição da adesão à candidatura de Bush. Parece assim confirmar-se a predição de que a explicitação do mecanismo comunicativo correspondente a um *dogwhistle* implícito, através da tomada de consciência acerca de (pelo menos) alguns dos aspetos principais da inferência subjacente, atenua o seu sucesso perlocutório. A existência do sentimento de ressentimento racial descrito não será, nessas circunstâncias, suficiente para que a mensagem veiculada possa causar o impacto desejado na audiência-alvo: uma vez que o anúncio explora justamente esse sentimento, a identificação da inferência que lhe está subjacente – e, em particular, a identificação do seu conteúdo racista – tornaria evidente a contradição com a Norma e tornaria, assim, o *dogwhistle* ineficaz¹¹.

Se os exemplos discutidos acima são representativos da categoria *dogwhistle implícito*, então pode concluir-se que, nesses casos, o conteúdo subliminar tem de ser *mantido como subliminar* de modo a ser eficazmente transmitido (sendo essa a motivação empírica para identificar os *dogwhistles* deste tipo como “implícitos”, i.e., como aqueles cuja implicitude é uma condição necessária da sua eficácia comunicativa). Parece, então, poder formular-se a seguinte generalização acerca dos *dogwhistles* implícitos,

11 Nas palavras de Mendelberg: “As soon as a person is alerted to the need to pay conscious attention to her response, accessibility is no longer sufficient to make her rely upon racial predispositions” (Mendelberg 2001: 210).

identificadora deste seu traço distintivo: num *dogwhistle* implícito bem-sucedido, o conteúdo transmitido não pode ser explicitado e o processo inferencial que lhe subjaz não pode ser reconstituído pela audiência-alvo, ao contrário do que sucede nos *dogwhistles* explícitos. Com base nesta generalização, parece poder-se fazer a seguinte predição:

*Se o conteúdo subliminar da mensagem for explicitado pela audiência-alvo e/ou o processo inferencial que lhe subjaz for reconstituído, o dogwhistle implícito perde eficácia enquanto instrumento comunicativo, visto que o reconhecimento da mensagem correspondente à intenção comunicativa do locutor resultará, tipicamente, na sua rejeição*¹².

Denominarei este fenómeno de *Efeito de Evanescência* (EE).

Nos *dogwhistles* implícitos, como se viu no caso paradigmático dos *dogwhistles* de tipo racista, o EE pode ser explicado pela existência de um pressuposto contraditório com a mensagem subliminar, ao qual a generalidade das pessoas adere por pressão social, mas do qual, sub-repticiamente, parte delas genuinamente diverge. Os *dogwhistles* implícitos caracterizam-se, assim, por dissimular, sob a forma de uma mensagem superficialmente inócua, correspondente ao significado literal de um enunciado, uma mensagem *inaceitável também para a audiência-alvo*. A distinção entre significado explícito e implícito verifica-se, evidentemente, também nos *dogwhistles* explícitos, visto que qualquer tipo de *dogwhistle* se caracteriza pela transmissão de mensagens subliminares. A diferença crucial está em que, no caso dos *dogwhistles* implícitos, mas não no dos explícitos, a manutenção da implicitude é condição necessária de sucesso comunicativo.

A distinção entre *dogwhistles* explícitos e implícitos é, em função de dados como os apresentados, descritivamente convincente. A fenomenologia dos casos discutidos parece, de facto, corresponder a dois mecanismos de tipo pragmático distintos: enquanto que os primeiros não parecem ser afetados pelo EE, este parece ser um traço distintivo dos segundos.

Colocam-se, porém, algumas questões básicas:

12 A noção de “ser recuperado pela audiência-alvo” refere-se, como sugerido acima, àquilo que, na literatura sobre implicatura conversacional (ver, por exemplo, Garcia-Carpintero 2001) é designado de *reconstrução racional* do “cálculo” de uma implicatura conversacional, i.e. a reconstituição ou explicitação do processo inferencial que gera essa implicatura. A noção é, geralmente, identificada como um dos traços distintivos das implicaturas conversacionais, a *calculabilidade*. Este tópico será abordado nas secções 2 e 3 abaixo.

A. Corresponde esta diferença na fenomenologia dos dois tipos de *dogwhistle* a uma distinção teoricamente motivada?

B. Que instrumento(s) teórico(s) de análise poderão melhor dar conta do comportamento dos *dogwhistles* de ambos tipos?

Sendo ambas questões basilares para a compreensão cabal do funcionamento do fenómeno é, no entanto, necessário assinalar que a questão B é conceptual e metodologicamente primária em relação à questão A. De facto, uma condição necessária para que a diferenciação entre os dois tipos de *dogwhistle* seja teoricamente motivada é que ela corresponda a mecanismos pragmáticos analisáveis segundo instrumentos teóricos distintos. Se, apesar da diferença descrita, os dois tipos de *dogwhistle* puderem ser identificados como variantes do mesmo mecanismo comunicativo e puderem assim ser abrangidos pela mesma estratégia explicativa, as diferenças detetadas na fenomenologia de ambos terão de ser desvalorizadas. Será essa a perspetiva que adotarei neste artigo. Mais especificamente, e por razões que se tornarão claras, focar-me-ei na seguinte questão adicional:

C. Em que medida poderá a noção de *implicatura conversacional* constituir um instrumento unificador na análise de ambos os tipos de *dogwhistle*?

Procurarei dar algumas pistas de resposta a esta questão nas secções seguintes.

2. Que dicotomia?

Na literatura recente sobre o tópico, uma resposta habitual a esta questão, sobretudo desde Saul (2018), corresponde à perspetiva segundo a qual alguns *dogwhistles* (em particular, aqueles que estaríamos dispostos a descrever como *implícitos*) correspondem a mecanismos de expressão de significados implícitos **não canceláveis** (veja-se, por exemplo, Stanley 2015), por oposição aos explícitos, que seriam canceláveis. A motivação essencial para a hipótese da não cancelabilidade consiste na constatação de que os enunciados que constituem *dogwhistles* como os exemplificados pelos casos *Willie Horton* e *Crime na Periferia* são, em todos os contextos de enunciação (e não apenas na generalidade deles), veículos comunicativos

para a transmissão das mensagens racistas a eles associadas. Assim, se supusermos que *dogwhistles* como *Dred Scott* e *Portugal não é racista* são representativos da categoria dos *dogwhistles* explícitos e que seria possível que, em contextos apropriados, os enunciados que lhes correspondem não veiculassem as mensagens descritas, a distinção entre os dois tipos de *dogwhistle* seria validada teoricamente – e, possivelmente, consagrada na tradicional distinção entre implicatura *conversacional* e implicatura *convencional*.

No caso dos *dogwhistles* explícitos, com efeito, são verificáveis características distintivas das implicaturas conversacionais. Focar-me-í em duas, centrais para o contraste a estabelecer com as implicaturas convencionais e, portanto, para motivar a hipótese de que a distinção entre *dogwhistles* explícitos e implícitos corresponde a esse contraste: a cancelabilidade e a calculabilidade.

Tomemos os exemplos *Dred Scott* e *Portugal não é racista*. De facto, em ambos os casos podemos facilmente conceber contextos de enunciação (excepcionais, embora, o que justificaria a classificação destes *dogwhistles* como implicaturas conversacionais *generalizadas*) em que a mensagem subliminar relevante é cancelada pelo discurso posterior (um dos mecanismos típicos ilustrativos da cancelabilidade de uma implicatura conversacional). Imagine-se um agente político, talvez em contexto de campanha eleitoral, afirmando (5) ou (6):

- (5) Oponho-me veementemente à resolução *Dred Scott*. É por isso que combato a discriminação racial estrutural na nossa sociedade. Ela é, à escala contemporânea, tão grave como essa resolução de há quase duzentos anos.
- (6) Portugal não é racista. Genericamente, não o é. Mas temos de reconhecer que há muitas bolsas de racismo no país, e que elas têm de ser combatidas.

Visivelmente, em cada um dos casos, a mensagem subliminar descrita acima como estando associada a cada um dos *dogwhistles* seria, nestes novos contextos, cancelada.

Adicionalmente, parece também evidente que os *dogwhistles* explícitos

correspondem a mecanismos de transmissão de significados cuja estrutura inferencial pode ser, sem real perda do seu efeito comunicativo, “reconstruída racionalmente” (ver nota 11 acima), indício claro da sua calculabilidade. Por outras palavras, parece verificar-se que

(i) a relação entre o conteúdo explícito e o conteúdo implícito do enunciado relevante é mediada por um processo inferencial com características afins do “cálculo” de uma implicatura conversacional: a interação entre o conteúdo explícito do enunciado e uma ou mais máximas conversacionais (nos exemplos dados, as da Quantidade e da Relevância) gera a mensagem subliminar identificada com cada um dos *dogwhistles*.

(ii) a referida mensagem subliminar pode ser explicitada sem perda do efeito comunicativo do *dogwhistle*.

É inquestionável que, dependendo de fatores como a complexidade da inferência geradora da implicatura e o grau de disponibilidade da audiência para a reconstituição dessa inferência, ela pode ser mais ou menos difícil de identificar. No entanto, a possibilidade dessa identificação é, como reconhecido na generalidade da literatura sobre o tópico, um traço distintivo dos casos de implicatura conversacional. Independentemente do grau de opacidade da inferência em causa e da predisposição dos envolvidos para a reconstituir, ela será, por definição, sempre reconstituível, sem que isso implique que o conteúdo implícito deixe de ser transmitido. Por exemplo, expor, sob análise, o processo inferencial acima descrito associado ao *dogwhistle Portugal não é racista*, identificando-o como um modo de assinalar uma agenda escondida de tipo “antipatriótico” (na perspetiva do seu autor) não parece ser suficiente para que esse *dogwhistle* perca a capacidade de congregar o tipo de preconceitos racistas referidos acima. Uma análise semelhante se aplicaria a *Dred Scott*: explicitar as razões do paralelo entre a resolução pró-esclavagista de 1857 e a lei liberalizadora do aborto não atenuaria a crítica a esta última, nem o efeito agregador entre os setores da sociedade mais predispostos a subscrevê-la.

A fenomenologia dos *dogwhistles* implícitos, porém, parece evidenciar características distintas destas: nesses casos, não parece estarmos perante inferências nem *canceláveis* nem *calculáveis*. Em primeiro lugar, o comportamento observável nos *dogwhistles* implícitos aponta, numa primeira análise, para aquilo que poderia ser descrito como um processo

inferencial *não cancelável*. De facto, em casos como *Willie Horton* ou *Crime nos Subúrbios*, não parecem existir contextos de enunciação em que a intenção comunicativa do locutor não corresponda à intenção de explorar algum tipo de predisposição racista da audiência-alvo e de transmitir o tipo de mensagem subliminar acima descrita. Parece legítima a generalização de que, nos *dogwhistles* em que o mecanismo comunicativo subjacente é mais difícil de identificar e, concomitantemente, em que a sua implicitude (de acordo com o EE) é uma condição necessária do seu sucesso comunicativo, as habituais estratégias de cancelamento registadas na literatura (e.g. negação explícita do conteúdo implicado, como exemplificado acima para os *dogwhistles* explícitos, ou a explicitação conversacionalmente adequada, i.e. não redundante, do conteúdo implicado) não estão disponíveis.

No que respeita à segunda característica, a *calculabilidade*, os *dogwhistles* implícitos parecem também diferir dos explícitos – em particular, parecem comportar-se como implicaturas *não calculáveis*. Com efeito, o traço distintivo deste tipo de *dogwhistles*, a sensibilidade ao EE, parece determinar isto mesmo. Recorde-se que uma condição necessária para o sucesso (perlocutório) do ato linguístico correspondente a uma implicatura conversacional parece ser a de que a audiência tenha acesso consciente (em graus diversos) ao significado implicado; essa condição decorre, justamente, da sua *calculabilidade*. Segundo o EE, pelo contrário, uma condição de sucesso do ato linguístico correspondente a um *dogwhistle* implícito é que esse acesso não se verifique. Por outras palavras, a calculabilidade das inferências subjacentes às implicaturas conversacionais não parece ser compatível com o EE e, assim, com o mecanismo comunicativo gerador dos *dogwhistles* implícitos, qualquer que ele seja.

O corolário destas observações parece óbvio. Aceitando-se que os *dogwhistles* explícitos se prestam a uma análise em termos de implicatura conversacional (sendo canceláveis e calculáveis, como a discussão dos exemplos *Dred Scott* e *Portugal Não é Racista* ilustram), os dois tipos de *dogwhistle* terão de corresponder a mecanismos comunicativos de tipo essencialmente distinto. Especificamente, eles seriam distinguíveis segundo a distinção tradicional entre mecanismos de transmissão de significados implícitos canceláveis e calculáveis, por um lado, e não canceláveis e não calculáveis, por outro; um obedecendo a uma dinâmica essencialmente

conversacional e outro apelando, essencialmente, para o significado convencional dos enunciados envolvidos. Se esta análise puder ser prosseguida de modo coerente, a distinção entre *dogwhistles* explícitos e implícitos corresponderá assim a uma distinção efetiva, teoricamente motivada: retomando a distinção tipológica inaugurada por Grice, os dois tipos de *dogwhistle* ilustrariam a distinção entre implicaturas *conversacionais* e implicaturas *convencionais*¹³. De uma forma mais sucinta:

Hipótese Dicotómica (HD):

*Os dogwhistles explícitos e os dogwhistles implícitos são identificáveis com mecanismos de implicação distintos, correspondendo os primeiros a implicaturas conversacionais e os segundos a implicaturas convencionais*¹⁴.

Na secção seguinte, discuto alguns dos problemas com que a HD se debate.

3. Para uma análise uniforme

Nessa seção, formularei objeções que penso serem desafios genuínos para a HD. Em particular, referir-me-ei a dois problemas de que ela parece enfermar, relativos à suposta não cancelabilidade e não calculabilidade dos *dogwhistles* implícitos.

Em muitos casos, a distinção entre implicaturas conversacionais e convencionais é difusa, sendo essas noções menos estanques do que por vezes se presume. É reconhecido desde há muito, por exemplo, que muitas implicaturas conversacionais *generalizadas* (i.e., aquelas que são mais

13 Deixo, deliberadamente, fora da discussão a possibilidade de que os *dogwhistles* correspondam a casos de pressuposição. É verdade que as pressuposições têm sido, canonicamente, descritas como apresentando diferentes padrões de projeção, de acordo com o tipo de contexto encaixado em que ocorre o elemento linguístico que o espoleta (o seu “trigger”) e, correspondentemente, como sendo, em alguns deles, canceláveis. Isto não condiz, porém, com o comportamento descrito para qualquer um dos tipos de *dogwhistle*: em ambos, como se verá abaixo, a cancelabilidade não parece obedecer a quaisquer padrões de encaixamento, antes reproduzir a tipologia de contextos de cancelamento típica das implicaturas conversacionais. Acresce que, como também argumento abaixo, a intervenção das máximas conversacionais parece decisiva na geração de um *dogwhistle* (de qualquer uma das variedades), o que argumenta claramente a favor da adoção da implicatura conversacional (e não da pressuposição) como instrumento teórico de análise do fenómeno. A questão merece, sem dúvida, ser discutida de modo mais elaborado, mas essa discussão não caberia no âmbito restrito deste artigo (ver, no entanto, para uma abordagem pressuposicional dos *dogwhistles*, Langton 2012).

14 Nesta discussão assumo, em grande medida, muitas das propostas de C. Potts na caracterização das implicaturas convencionais. Para além do canónico Potts (2005), ver também Potts (2007) e Potts (2015).

difícilmente canceladas) estão sujeitas àquilo que poderia ser descrito como processos de *convencionalização*¹⁵. Tipicamente, tais processos consistem na transformação, pela crescente generalização do seu uso, de implicaturas conversacionais em implicaturas quasi- ou proto-convencionais. Um exemplo privilegiado deste fenómeno são as implicaturas descritas por Grice como implicaturas conversacionais *escalares*, designadamente aquelas que envolvem expressões de valor quantificacional – prototipicamente, numerais. Por exemplo, um enunciado como

(7) O João tem três filhos.

seria visto, segundo o cânone griceano, como, por um lado, exprimindo literalmente a proposição de que o João tem três ou mais filhos e, por outro, como implicando *conversacionalmente*, mediante a intervenção da Máxima da Quantidade, a proposição mais forte de que o João tem *exatamente* três filhos (caso tivesse mais, o locutor estaria a ser menos informativo do que o requerido, i.e., a infringir Quantidade, o que seria, por sua vez, contraditório com o compromisso geral de cooperatividade assumido pelo locutor, enquanto participante numa interação comunicativa).

No entanto, como a literatura da área também amplamente atesta, exemplos de implicaturas escalares como aquela associada a (7) oferecem desafios na sua análise. Em particular, a hipótese segundo a qual implicaturas como esta, descritas no cânone griceano como implicaturas conversacionais *generalizadas*, são afinal implicaturas quasi-convencionais ganha credibilidade pelo facto de contextos de possível cancelamento produzirem tipicamente resultados descritíveis como incoerentes, indiciando assim a sua *não cancelabilidade*. Veja-se, por exemplo (8):

(8) O João e a Marta têm ambos três filhos: ele tem quatro e ela cinco.

Com efeito, (8) dificilmente contará como um enunciado coerente, o que é difícil de explicar se se aceitar que a implicatura *exatamente três* generalizadamente associada ao numeral “três” possa ser, mesmo em

15 Ver, para uma discussão dos aspetos empíricos e teóricos da questão, o fundamental Levinson (2000).

contextos excepcionais como o exemplificado, cancelável. Por outro lado, o comportamento “quasi-convencional” acabado de descrever coexiste com comportamentos que, de algum modo, justificam parcialmente a análise inicial de Grice, i.e., a inclusão no conjunto das implicaturas conversacionais *generalizadas* – em particular, no que diz respeito à sua cancelabilidade. De facto, diálogos como (9) apontam para a existência de contextos de enunciação em que a implicatura escalar acima descrita é, efetivamente, cancelada:

(9) A: Não conheço, no nosso círculo de amigos, pessoas com três filhos;
todos aqueles de que me lembro têm no máximo dois.

B: Estás a esquecer-te do André: ele tem quatro.

Sendo este diálogo manifestamente coerente, é relevante notar que o interlocutor B está a afirmar aquilo que A estava a negar: que, no referido círculo de amigos, há uma pessoa com três filhos: o André, com quatro. É inevitável concluir que, em (9), o numeral “três” está a ser interpretado não como “exatamente três”, mas como “pelo menos três”, de acordo com a análise griceana. Existe, assim, motivação empírica para atribuir cancelabilidade à implicatura escalar associada ao numeral “três”. Por outro lado, trata-se, como é consensual, de uma implicatura presente por defeito quando o numeral é utilizado. Casos como este parecem, assim, corresponder ao comportamento típico das implicaturas conversacionais generalizadas, de acordo com o cânone tipológico proposto por Grice. O comportamento descrito tipifica, de facto, o traço de *generalidade* desse tipo de implicaturas conversacionais que as diferencia das implicaturas conversacionais *particularizadas*: em contextos de enunciação que poderiam ser descritos como típicos (por exemplo, (8)), a implicatura está presente, estando *em geral* associada à presença, numa dada frase, de um certo tipo de lexema/ou sintagma (um numeral, por exemplo); mas a existência de contextos (embora reconhecidamente excepcionais, como (9)) em que a implicatura não acompanha o enunciado ilustra a sua cancelabilidade e, logo, o seu caráter não convencional. Descrever implicaturas que exibam este comportamento como ilustrativas de um processo de convencionalização consolidado ou, sequer, como proto-convencionais, revela-se, portanto,

descritivamente inadequado. Casos como este poderiam ser vistos como casos de semi-convencionalização ou como casos ilustrativos de um processo de convencionalização em curso, mas certamente não de plena convencionalização¹⁶. Por outras palavras, não poderiam ser vistos como casos de implicatura convencional.

Os *dogwhistles* implícitos reproduzem justamente este comportamento. Em certos contextos, e para certas audiências – as audiências-alvo, aquelas que, segundo a descrição acima, preenchem as condições ótimas de recetividade da mensagem subliminar – a mensagem tipicamente de cariz discriminatório (de índole racista, por exemplo) é inseparável do enunciado. Como se viu, é esta a razão principal da eficácia comunicativa do *dogwhistle*: a coexistência sistemática da mensagem subliminar comprometedora com um conteúdo literal inócuo. No entanto, noutros contextos de enunciação, descritíveis como excepcionais, o mesmo tipo de enunciado pode não ser veículo de qualquer mensagem subliminar desse género, exibindo assim a cancelabilidade do mecanismo pragmático subjacente ao *dogwhistle*. Vejam-se os exemplos seguintes:

- (10) O crime na periferia de Lisboa é etnicamente diversificado, quer no que respeita às vítimas, quer no que respeita aos prevaricadores.
- (11) A Teresa viveu de subsídios até se formar e hoje é uma médica prestigiada.

Em (10), manifestamente, a mensagem subliminar canonicamente associada a *Crime na Periferia* não está presente, uma vez que é contraditória com a afirmação produzida; *mutatis mutandis*, em (11), para *viver de subsídios*. Parece, portanto, que dependendo do tipo de audiência potencial, típicos *dogwhistles* da variedade implícita têm de ser descritos como ilustrando mecanismos *canceláveis* de transmissão de significados (quer em (10), quer em (11), as audiências-alvo não seriam certamente as mesmas que nas versões iniciais). O conjunto dos comportamentos apresentados aponta, efetivamente, para a noção griceana de implicatura generalizada

¹⁶ Outros casos canónicos de implicaturas escalares reproduzem este duplo comportamento: vejam-se os casos de quantificadores como “alguns” (visto como implicando *nem todos*) ou de adjetivos gradativos como “alto” ou “competente” (vistos como implicando *não muito alto* e *não extremamente competente*, respetivamente).

– um processo de geração de conteúdos proposicionais implícitos que é espoletado, em contextos de enunciação típicos, por um certo tipo de enunciado, mas que não o é noutros, classificáveis como excepcionais. Assim, a categorização deste tipo de *dogwhistles* como implicaturas convencionais e, *a fortiori*, a HD, têm de ser vistas como descritivamente inadequadas¹⁷.

O mesmo tipo de objeção à HD pode ser formulado com base na *calculabilidade* dos *dogwhistles* implícitos. Tal como para os explícitos, aos *dogwhistles* implícitos está associado um processo inferencial em que desempenham um papel crucial o conteúdo explícito do enunciado e pelo menos uma das máximas conversacionais – em função dos quais se gera, a partir desse conteúdo explícito, a mensagem subliminar. É particularmente elucidativo que, em cada um dos casos em análise, esse princípio possa, de facto, ser identificado com uma das máximas conversacionais. Concentremo-nos em dois deles. No caso *Willie Horton*, a identificação com a comunidade afro-americana do recluso típico a quem foi concedida demasiado facilmente uma saída precária é manifestamente derivada do princípio de que a descrição da situação, onde se enfatiza a origem étnica de Horton, está a ser dada de forma completa, não secundarizando indevidamente informação relativa a outras origens étnicas (i.e., de que está a respeitar a máxima da Quantidade). Em *Crime na Periferia*, explora-se o facto de que os bairros socialmente desfavorecidos na periferia das grandes cidades apresentam tipicamente uma percentagem de imigrantes não caucasianos muito mais alta do que a média das outras zona urbanas. Num contexto onde se defende a diminuição da taxa de criminalidade desses bairros, a associação da composição étnica do tipo de população à prática de crimes decorre naturalmente de um princípio conversacional: aquele de acordo com o qual a identificação explícita de um tipo de aglomerado urbano deve relacionar-se, de alguma forma, com as causas da dita taxa de criminalidade – mediante a caracterização genérica dos habitantes desses bairros como tendencialmente criminosos (i.e. a máxima de Relevância). Uma inferência semelhante parece estar subjacente a *Viver de Subsídios*. Aqui, associa-se o usufruto de benefícios sociais (“subsídios”) aos membros da etnia cigana, identificando-se também esse usufruto, e logo os membros dessa etnia, com

17 Agradeço a Fátima Oliveira um comentário clarificador sobre este ponto, durante a apresentação de uma versão anterior deste trabalho.

o aproveitamento indevido desses benefícios. Nos contextos de enunciação típicos em que a expressão é utilizada como *dogwhistle*, as referidas associações têm de estar presentes (sub-repticiamente, embora) para que os enunciados respetivos sejam tematicamente coerentes com esses contextos (aqui, de novo, parece intervir a máxima de Relevância).

Em face destes dados, parece ter de concluir-se que a HD é destituída de motivação empírica. Os dois tipos de *dogwhistle* não evidenciam características fundamentalmente distintas: ambos mostram não serem gerados em todos os contextos de enunciação (i.e., mostram ser *canceláveis*), não podendo, portanto, ser classificados como implicaturas convencionais, ou sequer proto-convencionais. Além disso, ambos mostram ser gerados por inferências cuja estrutura é definida por princípios de interação comunicativa de raiz griceana, i.e., pelas Máximas conversacionais (sendo, desse modo, *calculáveis*). Por outras palavras, ao contrário do que a HD prediz, a noção de *implicatura conversacional* apresenta-se como um instrumento teórico adequado para dar conta do mecanismo subjacente quer aos *dogwhistles* explícitos, quer aos implícitos¹⁸.

Assim, a distinção entre os dois tipos de *dogwhistle*, convincente numa primeira análise, terá de ser fortemente mitigada. Mais do que uma diferença de natureza, correspondente à existência de traço(s) distintivo(s) entre essas duas categorias de *dogwhistle*, o que parece verificar-se é uma diferença de grau: alguns *dogwhistles*, tipicamente aqueles que Saul descreve como explícitos, apresentam, enquanto mecanismos comunicativos simultaneamente calculáveis e canceláveis, características que os identificam mais obviamente como implicaturas conversacionais do que aqueles que Saul designaria de *dogwhistles* implícitos. No entanto, como se viu, estas mesmas características são também observáveis nesta segunda variedade de *dogwhistle*, embora de forma menos evidente. Uma hipótese que a análise aqui proposta sugere, e que não explorarei por limitações de espaço, é a de que os *dogwhistles* do primeiro tipo corresponderão tipicamente a implicaturas conversacionais *particularizadas* e os do segundo tipo a

18 Por limitações de espaço, não me referirei a outras características canónicas das implicaturas conversacionais, designadamente a não-separabilidade (*non-detachability*). A cancelabilidade e a calculabilidade são, em todo o caso, as cruciais quando se trata de motivar a distinção entre os dois tipos de implicatura – aquilo que, neste contexto está essencialmente em causa. Uma crítica mais consolidada da HD, assente numa análise mais abrangente dos dados relevantes, terá de ser deixada para outra ocasião.

implicaturas conversacionais *generalizadas*. Em todo o caso, parece poder concluir-se que a HD, tal como formulada, consagra uma falsa dicotomia.

Não cabe, também, no espaço limitado deste artigo a discussão das diferenças entre *dogwhistles* explícitos e implícitos que explicariam que o EE apenas se aplique aos últimos; a sugestão feita no parágrafo acima poderá, claramente, ser um elemento dessa explicação. Neste artigo, apenas procurei mostrar que essas diferenças são compatíveis com a identificação de ambos os tipos de *dogwhistle* como implicaturas conversacionais¹⁹.

REFERÊNCIAS

- Camp, E. (2018). Insinuation, Common Ground, and the Conversational Record. In D. Fogal, D. Harris & M. Moss (Eds.), *New Works on Speech Acts* (pp. 40-66). Oxford University Press.
- Frankfurt, H. (2005). *On Bullshit*. Princeton University Press.
- Garcia-Carpintero, M. (2001). Gricean rational reconstructions and the semantics/pragmatics distinction, *Synthese*, 128(1), 93-131.
- Grice, P. (1989). *Studies in the Way of Words*. Harvard University Press.
- Langton, R. (2012). Beyond Belief: Pragmatics in Hate Speech and Pornography. In I. Maitra, & M. K. McGowan (Eds.), *Speech and Harm: Controversies over free speech* (pp. 72-93). Oxford University Press.
- Levinson, S. (2000). *Presumptive Meanings: The Theory of Generalized Conversational Implicature*. MIT Press.
- Lopez, I. (2014). *Dog Whistle Politics: How Coded Racial Appeals Have Reinvented Racism and Wrecked the Middle Class*. Oxford University Press.
- Mendelberg, T. (2001). *The Race Card: Campaign Strategy, Implicit Messages, and the Norm of Equality*. Princeton University Press.
- Potts, C. (2005). *The Logic of Conventional Implicatures*. Oxford University Press.
- Potts, C. (2007). Into the conventional-implicature dimension. *Philosophy Compass*, 4(2), 665-679.
- Potts, C. (2015). Presupposition and Implicature. In S. Lappin, & C. Fox (Eds.), *The*

¹⁹ Ver, para uma análise crítica recente desta identificação, Torices (2021).

- Handbook of Contemporary Semantic Theory* (pp. 168-202). Oxford University Press.
- Saul, J. (2012). *Lying, Misleading and What is Said*. Oxford University Press.
- Saul, J. (2018). Dogwhistles, Political Manipulation and Philosophy of Language. In D. Fogal, D. Harris, & M. Moss (Eds.), *New Works on Speech Acts* (pp. 360-383). Oxford University Press.
- Stanley, J. (2015). *How Propaganda Works*. Princeton University Press.
- Stokke, A. (2016). Lying and Misleading in Discourse. *Philosophical Review*, 125(1), 83-134.
- Tesler, M., & Sears, D. O. (2010). *Obama's Race: The 2008 Election and the Dream of a Post-Racial America*. University of Chicago Press.
- Tirrell, L. (2012). Genocidal Language Games. In I. Maitra, & M. K. and McGowan, (Eds.), *Speech and Harm: Controversies Over Free Speech* (pp. 174-221). Oxford University Press.
- Torices, J.L. (2021). Understanding Dogwhistle Politics. *Theoria*, 36(3), 321-339.